

BELO HORIZONTE FEZ 100 ANOS*

*Regina Helena Alves da Silva***

*Vera Regina Veiga França****

Cem anos depois de sua fundação, a jovem cidade de Belo Horizonte, criada em 1897 para ser a capital do estado de Minas Gerais, vive um contexto bastante distinto. Se nos reportarmos ao final do século passado e aos ideais que motivaram a transferência da capital até então sediada em Ouro Preto, percebemos como eles estão distantes do panorama que se delineia nesse limiar do terceiro milênio. Hoje, são outros os valores que impulsionam os homens e promovem a formatação das práticas e relações cotidianas. Imersos na experiência da globalização, do desenvolvimento vertiginoso dos meios de comunicação, assistimos a uma profunda mudança nos padrões de tempo e lugar – categorias fundamentais e moldadoras do nosso sentido de realidade.

Assim como o ato de fundação da cidade, a comemoração de seu centenário tem uma natureza essencialmente simbólica. Aliás, um aniversário não existe em si mesmo, não tem uma existência concreta para além de sua representação, mas é instituído – ganha realidade – exatamente ao ser “representado”. O aniversário ganha corpo na medida em que ele é pronunciado por alguém e se torna construção intersubjetiva. Podemos dizer que ele é fruto de um duplo contar: um “contar” o tempo, a partir do estabelecimento de marcações, mas também um “contar” aos outros, anunciar, partilhar

* Este artigo se refere ao projeto de pesquisa *Belo Horizonte, 100 anos depois: as novas condições da experiência*, que teve início em março de 1997 e conta com o financiamento do CNPq e FAPEMIG. Fazem parte da equipe de pesquisadores, além das autoras, também os professores César Guimarães, Elton Antunes e Paulo Bernardo Vaz, do Depto. de Comunicação Social da FAFICH/UFMG.

** Professora do Depto. de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG.

*** Professora do Depto. de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG.

um sentido e uma informação. Dessa maneira, constitui-se em produção discursiva – é produzido pela palavra e pela comunicação entre os homens.

Um centenário, portanto, na sua natureza social e simbólica, coloca-se não apenas como um momento (co)memorável, mas instaura uma problemática complexa e instigante, marcada por múltiplas interfaces, confluência de relações históricas, sociopolíticas, culturais. O centenário se torna assim um objeto aberto a muitos olhares, passível de múltiplas leituras – ou suscitador de uma leitura interdisciplinar, que tente exatamente dar conta de sua complexidade.¹

Foi esse o desafio empreendido pela pesquisa *Belo Horizonte, 100 anos depois: as novas condições da experiência*, ao buscar apreender o centenário como fenômeno global², marcado por suas dimensões simbólica (produção de imagens) e relacional (presença ativa de sujeitos interlocutores). Por esse caminho, estamos tratando o centenário como experiência comunicacional, prática simbólica partilhada, onde a constituição do sentido (a produção discursiva) não existe ou não pode ser tratada separadamente da dinâmica relacional, da presença do “um” e do “outro” no cenário da interlocução³.

No entanto, o desafio não se situa na identificação da complexidade do objeto, mas em alcançar a construção teórico-metodológica que dê conta dessa complexidade.

O evento “centenário” foi assumido oficialmente pelo poder público municipal. A comemoração consistiu, basicamente, num calendário de eventos organizados diretamente pela administração municipal ou em parceria com outras instituições, e na disseminação ampla da marca do centenário. Incorporadas a esse calendário oficial ou paralelamente a ele, proliferaram iniciativas de várias ordens – restauração de lugares,

1 Conforme perspectiva desenvolvida por Morin, através da discussão do “paradigma da complexidade”. In Morin, E. *O problema epistemológico da complexidade*. Portugal, Europa-América, 1988.

2 A idéia de fenômeno global se apóia sobretudo na noção de “fato social total”, desenvolvida por Mauss (no texto *Essai sur le don*), como esforço de reintegração dos aspectos descontínuos da realidade e sua encarnação no nível das experiências individuais. In: Mauss, M. *Sociologie et anthropologie*. 4^a ed. Paris, PUF, 1991.

3 L. Quéré contrapõe ao modelo “representacionista” da comunicação o modelo “praxiológico”, em que “a comunicação se converte no trabalho de modelagem mútua de um mundo comum através de uma ação conjugada”; a comunicação é atividade constitutiva e organizante (da objetividade do mundo e da subjetividade do sujeito), mediada simbolicamente e efetuada conjuntamente pelos membros de uma comunidade de linguagem e ação. Cf. Quéré, L. D’un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. In *Réseaux*, n. 46/47. Paris, CNET, 1991.

eventos de resgate da memória, lançamento de livros, encenação de peças teatrais, campeonatos esportivos, conferências científicas – tudo relacionando-se, direta ou indiretamente, ao tema do centenário.

No campo da mídia, os diferentes veículos – jornal, rádio, televisão, *outdoors* – divulgaram os eventos promovidos e tematizaram (conforme sua própria lógica) o aniversário da cidade. Campanhas publicitárias aproveitaram o mote e associaram, das mais diferentes maneiras, seus produtos ao tema do aniversário.

O terceiro elemento desse elo é a própria a cidade ou o cidadão – alvo e cenário do evento, receptor de múltiplos estímulos e mensagens, enunciador de outras tantas (mais dispersas e menos visíveis, mas não menos importantes).

Analisar o centenário em sua dinâmica de globalidade significa buscar circunscrever esses diversos elementos que o compõem (o poder público como seu enunciador; a mídia como lugar de repercussão e criação de significados; os cidadãos e o dia-a-dia da cidade) e tomá-los na sua circularidade: o poder público que intervém tendo em vista uma relação pretendida com a cidade e a criação de uma dada visibilidade; a mídia que divulga mas também condiciona a natureza dos eventos; o cidadão que recebe as mensagens interage com os eventos e torna-se referência para a intervenção do poder público, etc.

Para dar conta da tarefa, promovemos a distinção e o tratamento dessas três instâncias, tomadas, cada uma, como dotadas de autonomia mas, ao mesmo tempo, inscritas numa dinâmica de complementaridade.

O poder público constituiu a voz autorizada e o grande enunciador do centenário. Nossa pesquisa procurou então acompanhar suas diversas iniciativas – da composição e natureza do calendário de eventos aos diversos pronunciamentos oficiais (prefeito, secretários e representantes da comissão do centenário). Dada a impossibilidade de uma coleta de dados que desse conta da totalidade dos eventos realizados, selecionamos alguns (cerca de um por mês), que foram alvo de um acompanhamento mais atento (observação, entrevistas, coleta de documentos).

Os eventos selecionados constituíram o elo articulador que veio mapear nosso trabalho de leitura na mídia. Estabelecemos uma amostra, que incluiu os três jornais diários da capital (*Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *O Tempo*), duas emissoras de rádio (*CBN* e *Itatiaia*) e duas emissoras de televisão (*Globo* e *Alterosa*) e, a partir de recortes predefinidos, promovemos o acompanhamento da cobertura promovida por esses veículos, buscando identificar o acontecimento *centenário* realizado midiaticamente.

Por último, e através de entrevistas, fomos buscar a repercussão desses acontecimentos e do centenário como um todo junto ao morador de Belo Horizonte. Não fizemos propriamente uma análise de recepção, mas de “escuta” do cidadão, que não é (apenas) o receptor das mensagens do poder público e da mídia, mas é (também) o enunciador de outras tantas mensagens e sentidos sobre a cidade e o centenário.

Esse é o desenho (e esses os fundamentos) da pesquisa que estamos desenvolvendo. A diversidade e volume dos dados coletados constitui, sem dúvida, um material farto para nossa análise, ainda em curso. Esse momento de nosso trabalho não permite conclusões definitivas, mas aponta aspectos instigantes que vão pontuar o início de nossas reflexões.

A dimensão comunicativa

O primeiro deles se refere à dimensão relacional, ou comunicativa, instaurada. As análises tradicionais dos processos comunicativos, marcadas pelo paradigma informacional (por uma concepção meramente transmissiva do processo), tiveram sempre como ênfase a questão da eficácia e dos efeitos alcançados. Nessa perspectiva, o centenário seria apresentado como um processo de transmissão em que um *emissor* (no caso, o poder público municipal, que assumiu o papel de promotor do evento) cria *mensagens* (elabora o conteúdo da comemoração) que são divulgadas através de *meios de comunicação* (veículos próprios e a mídia em geral) a *receptores* específicos (o cidadão de Belo Horizonte mas também a comunidade externa). A análise estaria voltada para medir a maior ou menor eficácia com que o poder público fez circular suas propostas e alcançou a adesão dos cidadãos (aos eventos e às imagens veiculadas).

A crítica ao paradigma informacional tem apontado novas perspectivas de análise. Se os elementos que compõem o processo comunicativo são basicamente os mesmos, a lógica que os articula é bem mais complexa e menos linear do que apontado por aquele paradigma.

Nossa análise do centenário de Belo Horizonte tem buscado tanto apreender a dinâmica e as injunções próprias de cada instância quanto sua interrelação.

O poder público

O ponto de partida da comemoração (do processo instaurado) é claramente o poder público, e, de forma específica, a administração municipal, que ocupa o lugar da fala institucional e, portanto, se constitui no “locutor autorizado”. Como dissemos no início, a comemoração de um centenário, na sua natureza simbólica, institui uma dinâmica de produção de imagens ligadas aos processos de fundação (ou re-fundação) de identidades, de construção ou fortalecimento dos sentimentos de coesão e pertencimento. Mais do que um compromisso institucional, qualquer governante sabe que trata-se de um momento privilegiado do ponto de vista dos ganhos políticos que pode alcançar – e aspira aproveitar bem essas possibilidades. Nas eleições para a prefeitura de Belo Horizonte, em 1997, os vários candidatos tomaram o centenário como tema de campanha, e o prefeito eleito, Célio de Castro, já dizia, em sua propaganda eleitoral, que queria ser o “mestre de cerimônias do centenário de Belo Horizonte” (assim como o “Prefeito do ano 2000” – outro momento simbólico significativo).

No entanto, a condução do aniversário, no primeiro ano de sua gestão, não se mostrou tarefa fácil. E talvez o primeiro problema a ser ressaltado seja exatamente este: o início de uma administração constitui um período de adaptação, de constituição e entrosamento da equipe de governo. Nesse caso, em particular, tal problema se viu agravado na medida em que o candidato eleito pertencia a um partido pequeno (PSB), sem tradição de governo, e sua eleição se deu no bojo de uma aliança política complicada (com o PMDB e o PT como forças mais significativas). Assim, o candidato não foi eleito em cima de uma plataforma ou uma perspectiva política definida, mas sobretudo em função de sua imagem pessoal (e *contra* os outros candidatos); portanto, a fisionomia política da administração estava por se construir.

Naturalmente, a comemoração começou a ser pensada já nas administrações anteriores, e os projetos a serem implementados em grande medida foram planejados por comissão instituída no governo anterior (PT). Não se tratava, portanto, de começar do zero – o que, em certo sentido foi facilitador. Por outro lado, no entanto, esse fato acentuou o problema da identidade do centenário – que deveria expressar a proposta e consubstanciar a imagem da administração atual. Somam-se a isto os problemas orçamentários da capital, que se viram agravados em 1997.

Com relação à intervenção da mídia, duas imagens-clichê devem afastadas. A primeira delas é pensar nos meios de comunicação (jornais, rádio, tv) como instâncias meramente transmissivas: os fatos acontecem, os sujeitos autorizados pronunciam seus discursos e a imprensa divulga. Não é assim; a mídia é um campo específico, que se autonomizou⁴ com relação aos outros campos, isto é, funciona por meio de uma lógica própria, desenvolveu modos operatórios (e linguagens) específicos. Nesse sentido, nossa análise deve estar atenta para ir buscar a mídia no lugar dela – e não atrelada ou a reboque das iniciativas e do discurso do poder público sobre o centenário.

O segundo equívoco é tomar a mídia como o lugar da construção dos acontecimentos (a máxima “o que não passou na mídia não aconteceu” tem seus limites). É como lugar “entre”, espaço de mediação, que ela se constitui: os meios de comunicação não “constroem” fatos à revelia da intervenção e dos interesses dos sujeitos sociais.

Assim, é inserido numa pauta mais ampla, e agregado a vários outros elementos que o centenário ganha existência na fala da mídia. Ora, o centenário como tal, na sua natureza de acontecimento pré-construído (e orientado), mas sobretudo na sua constituição fragmentada, não se enquadrou no que chamamos critérios básicos de construção da notícia (novidade, imprevisibilidade, forte vinculação aos interesses da comunidade). Portanto, ele apareceu da maneira como realmente veio se realizando. Foram noticiadas as inaugurações, conferências, exposições etc., etc. – como momentos específicos, eventos autônomos. O qualificativo “do centenário” ficou como uma sombra de fundo. A cobertura das falas do locutor oficial (poder público) não alcançou um tom diferente da própria confusão que marcou a constituição do seu lugar de fala.

Há que se registrar ainda a iniciativa de alguns veículos de pautar de forma específica o centenário e se converter em outro locutor autorizado (matérias sobre a história da cidade e de certos bairros tradicionais; resgate da vivência de alguns cidadãos mais antigos). Mas, no conjunto, e numa primeira análise, não é possível identificar, no cenário da mídia, a construção de uma narrativa destacada sobre o centenário.

4 Conforme discussão desenvolvida por vários autores sobre a “autonomização do campo midiático”, que ressalta a constituição de uma lógica própria de intervenção por parte dos mídias, mas não sua independência da dinâmica mais ampla da vida social (autonomia e interdependência dos vários campos sociais). Ver, por exemplo, Rodrigues, A. D. *Estratégias da comunicação*. Lisboa, Presença, 1990.

O cidadão e o processo interlocutivo

No que tange à cidade, devemos inicialmente constatar uma afluência significativa de participantes aos vários eventos realizados. No entanto, e conforme detectado mediante entrevistas, houve uma baixa associação entre o evento e o aniversário da cidade, além de o conteúdo da participação nos eventos ter sido marcado, antes, por afinidades e hábitos já estabelecidos. O centenário não abriu um outro momento da vivência da cidade; não estabeleceu uma outra rotina.

O centenário estava nas ruas (como dizia um *slogan* afixado na parte traseira dos coletivos); não houve um desconhecimento desse fato. Apenas ele não provocou um sentido e uma experiência particularmente distinta. Em 1997 todos continuaram falando da cidade – mas os 100 anos não marcaram uma fala específica ou encadeada. Os cidadãos continuaram lendo a cidade a partir de sua vivência cotidiana.

Se analisamos o processo a partir da lógica da eficácia da transmissão, falaríamos em resultados fracos. No entanto, numa perspectiva interativa, ou praxiológica, identificamos que intenções e interesses distintos dos diferentes interlocutores configuraram um processo diferente daquele inicialmente projetado pelo locutor oficial. O “silêncio” do cidadão a respeito do centenário não foi certamente vazio, mas povoado de outros sentidos. O que nos leva a falar das muitas – e diferentes – imagens que povoaram o cenário da cidade no momento em que ela fez 100 anos.

Uma compreensão mais atenta da interlocução construída certamente deverá ser balizadora de novas experiências – e da reconstrução do lugar de fala do poder público no seu diálogo com a cidade e os cidadãos.

Imagens do Centenário

A celebração de um aniversário pode ser vista como um momento em que as imagens e o conhecimento do passado são conservados e transmitidos pelas comemorações e pelas práticas cotidianas. Mas comemorar, celebrar, pode vir a alcançar um significado mais amplo do que uma simples recuperação de antigas imagens de uma cidade quando pensamos nas múltiplas experiências dos que nela viveram.

A comemoração tem uma “função pedagógica e unificadora” que pode garantir a memória e/ou impor a perda da lembrança “do que não reificasse a coesão”⁵. Assim,

5 Schwarz, L. K. M. De festa também se vive. In *Quase Catálogo*, nº 6, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1997, pp. 28.

... a serviço da memória coletiva, as comemorações que surgiram em momentos delimitados e reificados aparecem enquanto celebrações estimadas, marcos rituais que, por trás de sua pretensa intenção, guardam ligações com lembranças desejadas e socialmente investidas.⁶

A comemoração do centenário de Belo Horizonte vai se conformando no decorrer de três administrações tomando características próprias. Na gestão do prefeito Eduardo Azeredo (1989-1992, PSDB) houve um certo investimento na recuperação de lugares da cidade, como a Praça da Liberdade, que passa a ser apresentado como um lugar de memória. Além disso, foi criado o Conselho Municipal do Patrimônio, em decorrência de uma longa discussão a respeito da destruição de algumas edificações e lugares da cidade.

Durante a administração de Patrus Ananias (1993-1996, PT) assistimos a uma intensa recuperação de lugares considerados importantes para a preservação da memória de uma “cidade sem memória”. Além disso, existiu uma maior preocupação com o levantamento de propostas vindas da população, recolhidas pelas administrações regionais ou apresentadas como projetos cadastrados na lei de incentivo à cultura. Numerosas publicações foram lançadas por iniciativa do poder municipal tendo sempre como tema a recuperação/resgate da “história da cidade”. Foi constituída a Comissão “BH cem anos”, criado o *slogan* Belo Horizonte – capital do século, e elaborados os projetos a serem implementados no ano de 1997.

Coube à administração Célio de Castro (PSB), que tomou posse em 1º de janeiro daquele ano, realizar o centenário. Nesta gestão, que se iniciou no ano do centenário (1997), foi elaborado o calendário oficial de eventos comemorativos do Centenário.⁷

Nossa pesquisa identificou três conjuntos de eventos propostos pelo poder público como sendo aqueles que marcariam as comemorações dos cem anos. Um primeiro grupo se compunha de propostas caracterizadas por eventos relacionados ao “resgate da memória da cidade”. Esses eventos procuravam colocar em pauta a necessidade de se

6 Idem.

7 Esse calendário começou a ser delineado pela comissão definida na gestão do prefeito Patrus Ananias. A comissão organizadora responsável pelos eventos do centenário foi modificada pelo novo prefeito, e os eventos principais passaram a ser aqueles que já eram realizados na cidade mas agora contavam com a marca “evento do centenário”. Como exemplo disso, podemos citar o Festival Internacional de Teatro, evento bianual, que no ano de 1997 teve uma edição do centenário. Ou mesmo as tradicionais festas juninas que sempre se realizaram na cidade e durante esse ano se transformaram em festas do centenário.

reverter a imagem de uma cidade que não preserva sua memória e buscavam revalorizar a discussão da questão do patrimônio histórico em uma cidade nova. Nesse momento, a importância que se procurou dar à história da cidade era a de recuperação do papel de Belo Horizonte dentro do contexto urbano brasileiro. Há uma tentativa de resgate dos fundamentos do projeto inicial da cidade: a importância da construção de um pólo administrativo e econômico para o estado; e a imagem de uma nova cidade moderna e republicana para se contrapor à antiga capital, Ouro Preto, que tanto lembrava os tempos coloniais. Nesse conjunto de eventos, o *slogan BH – Capital do século* adquire o significado de construção de um papel histórico para a cidade, como a primeira capital planejada e construída dentro de “preceitos urbanísticos os mais modernos” e da idéia de uma nova “vida política” para o País.

Um outro conjunto seriam os eventos de internacionalização da imagem de Belo Horizonte. Esses eventos caracterizaram uma tentativa do poder público municipal de dar uma nova imagem para a cidade: a de uma capital cultural e de um lugar onde poderá ser desenvolvido um pólo turístico de negócios.⁸

Por último, os eventos de participação popular, aqueles que buscaram criar uma idéia de coesão, de unidade entre os habitantes e deles com a cidade. Eventos que tentaram povoar as ruas da cidade em determinados momentos. Faixas nas ruas e adesivos nos ônibus diziam: *O Centenário está nas ruas. Participe!* Nesse conjunto destacamos o evento que iniciou as comemorações e o dia 12 de dezembro, data do aniversário da cidade.

O calendário oficial marcou o início dos eventos comemorativos para o dia 1º de maio – *Dia do Trabalho*. O local escolhido foi a praça central da cidade (Sete de Setembro). Essa escolha deslocou as comemorações de um lugar símbolo para os trabalhadores – uma praça da Cidade Industrial carregada pela simbologia das greves e manifestações de resistência ao regime militar – para a avenida principal da cidade. A maioria das pessoas entrevistadas nesse local não sabia que o evento que estava acontecendo era o início da festa do centenário.

Já a festa do dia 12 de dezembro começou com a contagem regressiva para a meia-noite, momento que começaria o dia do centenário. Um tradicional “bolo de ani-

8 Os eventos principais com essa característica foram, entre outros, o já citado Festival Internacional de Teatro (FIT), a Bienal Internacional de Quadrinhos, a Copa do Centenário e o Fórum das Américas (ALCA).

versário” foi repartido entre milhares de pessoas que, apesar da pouca divulgação do evento, encheram o local escolhido para essa celebração. Durante o dia várias praças e locais da área central foram sendo ocupados por funcionários de setores da prefeitura e por parte da população da cidade. A administração municipal definiu os lugares e as cores que as pessoas deveriam usar em suas roupas: em uma praça se aglomeraram funcionários da educação e da limpeza urbana, com camisas amarelas; em outra, os da Secretaria do Meio Ambiente, com o verde; os da área cultural, de azul; os convidados de outras cidade se vestiam de branco. Milhares de habitantes da cidade se juntaram aos funcionários municipais e aos convidados. No final da tarde, grandes passeatas foram saindo desses locais e convergiram para a Praça da Estação, lugar que simboliza a entrada da cidade desde o seu início: a estação ferroviária.

Essa manifestação ressignificou o mapa da cidade. As praças definidas pelo seu projeto inicial como pontos de confluência de ruas se transformaram em lugares de aglomeração. Essa celebração rompeu com o traçado original da cidade, refez um projeto que definia lugares específicos de ocupação. A cidade se tornou um lugar de celebração e os lugares de cada um foram transformados em ponto de partida para o encontro.

Nossa análise do calendário oficial das comemorações ainda é preliminar, mas podemos apontar algumas conclusões: faltou uma proposta unificada, uma fisionomia claramente projetada para ser implementada para o centenário. A comemoração consistiu num calendário de eventos e numa seqüência de pronunciamentos oficiais. O calendário foi heterogêneo (eventos de naturezas distintas), as atividades dispersas. Percebeu-se uma certa ambigüidade entre as várias falas que projetavam imagens da cidade, entre a fala e a ação. O próprio interlocutor do processo não estava claramente definido: tanto se dizia que a comemoração era dirigida à própria cidade (ao belorizontino) quanto se construía uma fala “ao mundo”, buscando projetar um novo reconhecimento da cidade fora de Minas e do Brasil. Uma outra ambigüidade marcou o discurso voltado para o cidadão – que tanto era chamado para assumir um papel ativo (propor e definir a forma da comemoração) quanto para participar de um calendário já pronto.

Em síntese, essa fase da análise da intervenção do poder público na comemoração do centenário aponta um enunciador às voltas com a construção de seu próprio discurso e com a definição de seu interlocutor. Sem dúvida, foram realizadas atividades interessantes, com boa afluência de público; o que não se atingiu foi *marcar* o evento centenário (ainda que a marca do centenário tenha sido disseminada à exaustão). Enquanto

ato simbólico, ele foi esvaziado – nem projetou a imagem da administração que o conduziu (do “mestre de cerimônias”), nem elaborou ou fortaleceu a auto-imagem da cidade. Não se constituiu num momento de re-fundação da comunidade belo-orientina – ainda que tenha promovido alguns momentos significativos de fruição da cidade e do sentimento de pertencimento.